

# Governo não sabe onde cortar mais

■ Promessa de superávit de R\$ 23 bilhões feita ao FMI esbarra na receita insuficiente e nas resistências políticas à contenção de gastos

252

JANES ROCHA E  
SÍLVIA MUGNATTO\*

BRASÍLIA – O governo não sabe onde poderá cortar mais do que R\$ 8 bilhões em seu próprio orçamento em 1999, o que deixa dúvidas sobre como serão alcançados os R\$ 23 bilhões de superávit no setor público acertados com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para 1999. A dificuldade em passar a tesoura no orçamento foi expressada pelo secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Martus Tavares, ao **JORNAL DO BRASIL**.

As medidas de ajuste fiscal que deverão ser anunciadas esta semana, portanto, ainda deverão trazer grandes surpresas. Várias sugestões de aumento de impostos foram postas na mesa, mas o presidente Fernando Henrique Cardoso já disse que esta seria a última alternativa. O próprio mercado financeiro – o grande destinatário das medidas neste momento – não aceitará um novo Pacote 51. Em novembro passado, o pacote proposto aumentou impostos, mas deixou os cortes de gastos de lado.

Se cortar despesas pelo lado federal é difícil, fazer isso nas outras esferas do setor público – estatais, estados e municípios – está sendo objeto de uma dura negociação política. Os governadores se queixam até da renegociação de suas dívidas feita nos últimos meses com o governo federal. Nessa renegociação, ficou estabelecido que os estados pagariam seus débitos em 30 anos com correção pela inflação. Enquanto isso, o governo federal rola sua dívida com taxas de juros de 40% ao ano.

**Funcionalismo** – Se o governo federal quisesse cortar gastos com pessoal poderia fazê-lo pondo servidores em disponibilidade, como também prevê a reforma. Mas os técnicos da equipe econômica classificam essa decisão de política, porque o governo já pode ser considerado enxuto em várias áreas. Este ano, por exemplo, diminuiu a previsão de novas vagas no serviço público para apenas 2.500, embora 15 mil pessoas devam deixar o governo.

Os estados também se pronunciaram contra a possibilidade de o governo federal aumentar o Fundo de Estabilização Fiscal de 20% para 30% e contra o corte de incentivos fiscais para determinadas regiões. O fundo desvincula hoje 20% das receitas e das despesas orçamentárias, dando ao go-

verno federal margem de manobra na programação financeira. Os estados, porém, não querem ficar sem o controle das transferências de impostos que a União faz todo mês. Em relação ao corte de incentivos fiscais, o próprio secretário Martus Tavares descartou a medida, que sempre é lembrada quando há necessidade de cortes. Os incentivos fiscais para 1999 ultrapassam R\$ 16 bilhões e boa parte é destinada à Zona Franca de Manaus, Sudam, Sudec e outros órgãos regionais.

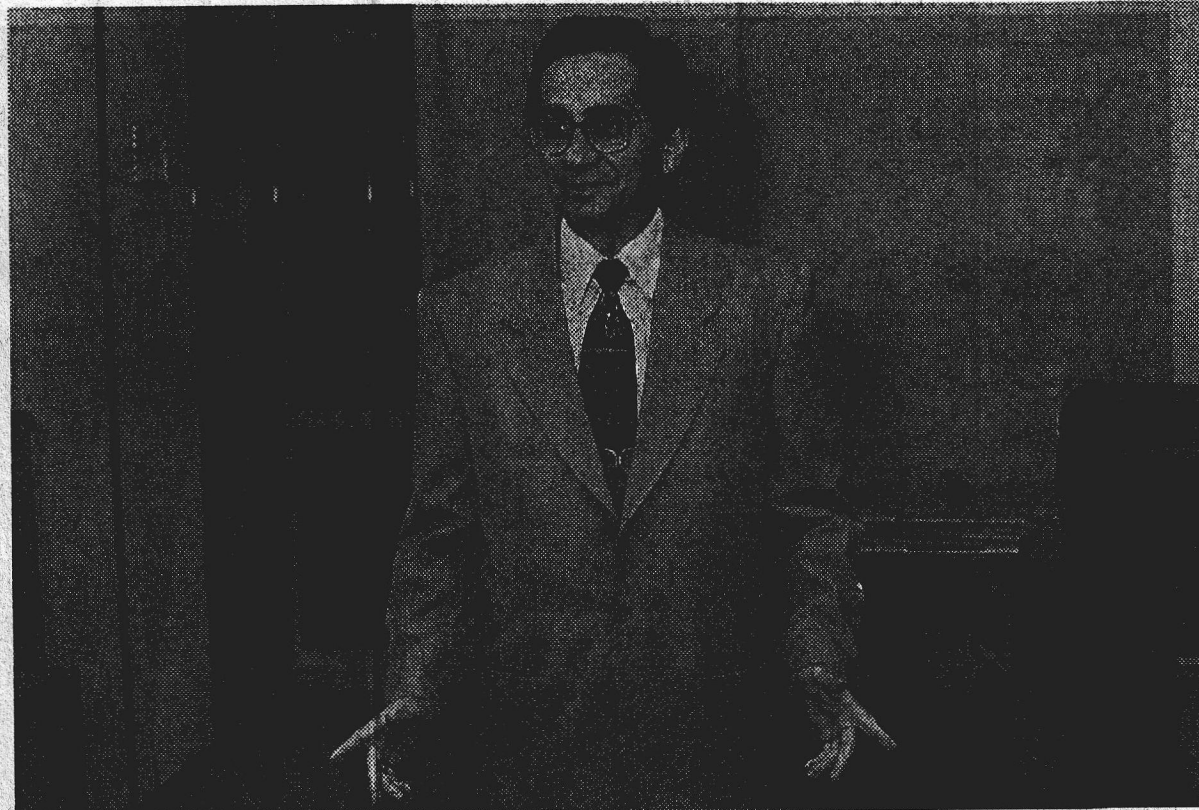
Diante das resistências políticas aos cortes, o governo federal deverá se apoiar mais do que gostaria em aumento de receitas. Já está praticamente certa a reapresentação da proposta de criação da contribuição previdenciária dos servidores inativos e um aumento da contribuição dos ativos, o que poderá gerar cerca de R\$ 4 bilhões ao ano. Também é dado como certo o aumento da CPMF de 0,2% para 0,3% sobre as operações bancárias, o que traria outros R\$ 4 bilhões.

**Imposto de Renda** – O governo também estuda mudanças profundas na cobrança do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, obrigando todas as empresas a pagar imposto com base em uma taxa de lucro estimada pela Receita Federal. Como a mudança envolve vários bilhões de reais, segundo os técnicos do Ministério da Fazenda, o presidente poderá pedir outras alternativas aos técnicos em função da redução da atividade econômica, que afetará as empresas no ano que vem. A Receita Federal, porém, não poderá deixar de adotar medidas para enquadrar as grandes empresas no pagamento do Imposto de Renda, pois a sonegação atual é estimada em 50%.

Entre as medidas de menor potencial de arrecadação, estão em estudo a criação de um imposto sobre combustíveis e o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nas compras com cartão de crédito internacional de 2% para 10%. O governo também deve prorrogar o aumento de 25% para 27,5% da alíquota do Imposto de Renda para quem ganha mais que R\$ 1.800 mensais. Pela lei atual, o IR deveria cair para 25% no ano 2000. Para dificultar a sonegação, também poderá ser proposto o aumento do IOF cobrado das empresas de 1,5% para 6% ao ano. O percentual é o mesmo cobrado das pessoas físicas.

\* Colaborou Eugênia Lopes

Arnildo Schulz – 8/10/1998



Martus Tavares: o corte nos incentivos fiscais, que totalizariam R\$ 16 bilhões em 99, está descartado